

INTERPRETAÇÕES SOBRE A BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA: UM BREVE BALANÇO

*Agnaldo de Sousa BARBOSA*¹

Pensar a burguesia industrial brasileira não é uma tarefa fácil. Durante muito tempo, insistiu-se muito mais na discussão sobre o que essa classe social *não era*, em uma perspectiva orientada pela experiência das nações de capitalismo avançado, do que se procurou refletir acerca do real significado de seu comportamento em face de suas possibilidades concretas de atuação – ou seja, levando em consideração sua condição periférica. Deste modo, até os anos 70, prevaleceu uma visão essencialmente negativa da burguesia brasileira, resultado de análises que tiveram na história de suas congêneres européia e norte-americana o paradigma de configuração da classe.

Dos anos 40 até fins da década de 1970, foi hegemônica na literatura acadêmica a idéia de que, entre nós, as principais características da burguesia teriam sido o pouco vigor empreendedor, a mentalidade pré-capitalista (com destaque para o seu arraigado patrimonialismo), a deficiência organizativa, a imaturidade ideológica e a fragilidade/passividade política, sendo os dois últimos, em particular, os fatores responsáveis pelo fato de a burguesia industrial não ter alcançado o *status* de força hegemônica na sociedade brasileira e conquistado, conseqüentemente, o poder político. Estudos importantes como os de Oliveira Vianna (1987)², Fernando Henrique Cardoso (1963), Luciano Martins (1968) e Florestan Fernandes (1987)³ e Nelson Werneck Sodré compartilharam, embora com variações, essa visão. Com a exceção dos escritos de Octávio Ianni (1989)⁴, a oposição sistemática, em maior ou menor grau, a tais concepções, veio surgir apenas no crepúsculo dos anos 70 e início dos anos 80, em trabalhos como os de Eli Diniz (1978), Renato Raul Boschi (1979), Fernando Prestes Motta (1979) e Maria Antonieta Leopoldi (2000)⁵. A despeito de suas diferentes ênfases, tais autores se empenharam em trazer à luz elementos que comprovassem a existência de uma ideologia burguesa coerente com os interesses da classe dos industriais, a agressividade e organização na luta por seus anseios e, ade-

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP (Bolsista FAPESP).

² Não obstante ter sido editada apenas nos anos 80, tal obra foi escrita na década de 1940.

³ A primeira edição da obra é datada de 1975.

⁴ A primeira edição da obra é datada de 1965.

⁵ Tal obra foi originalmente concebida como tese de doutorado defendida pela autora em 1984, na Universidade de Oxford – Inglaterra.

mais, o importante papel exercido pelo empresariado na tarefa de dinamizar a industrialização do país, contestando a exclusividade do Estado como promotor único das profundas mudanças em curso a partir de 1930. Em pesquisa recente, Márcia Maria Boschi (2000) propôs alguns avanços em relação ao tema, procurando explicar questões que permaneciam cambiantes nos trabalhos anteriores.

Começamos pela discussão acerca de uma provável mentalidade arcaica, assim como do que poderíamos chamar de uma “anemia schumpeteriana”, por parte do empresariado brasileiro. Essas questões foram abordadas, em especial, por Oliveira Vianna e Fernando Henrique Cardoso. Escrevendo na década de 1940, Vianna percebeu diversos traços pré-capitalistas que distinguiam a burguesia industrial do país. Conforme observa, em uma época em que o “supercapitalismo” norte-americano e europeu se notabilizava por uma radical busca do lucro, entre os industriais brasileiros ainda persistiam tradições econômicas e sociais que obstaculizavam a otimização dos investimentos, a reprodução do capital em grande escala. Para Vianna (1987, p. 49), o pequeno número de sociedades anônimas em nossa estrutura industrial e o predomínio das empresas de organização familiar, nas quais a figura do patriarca prevalecia sobre a do empresário, era o exemplo típico da “refratariedade das nossas burguesias do dinheiro aos métodos e técnicas do grande capitalismo industrial”⁶. Segundo afirma (1987, p.194), aqui, os empreendimentos não tinham o significado capitalista de um meio para a busca da riqueza *ad infinitum*, mas “o objetivo modesto de apenas assegurar aos seus proprietários e dirigentes, possivelmente a riqueza, mas principalmente os meios de subsistência e também uma classificação social superior – a do *status* de ‘industrial’”. Para o autor, isto seria a demonstração notória de uma “mentalidade de *pré-capitalismo*”. De acordo com Vianna, mesmo entre os empresários paulistas, não obstante terem já alcançado um elevado nível técnico em meados do século XX, quanto aos seus padrões de valores éticos, era possível se constatar que

ainda estão num proto-capitalismo psicológico, guardando muito da velha mentalidade dos paulistas das classes ricas do século passado, com sua economia de *status*, o seu apreço ainda muito vivo dos valores espirituais e culturais, as suas preocupações genealógicas, a sua distinção de maneiras e sentimentos. (1987, p. 195-6)

Ainda no que diz respeito à questão da “mentalidade” capitalista do empresariado industrial brasileiro, Fernando Henrique Cardoso (1963) parece aprofundar as observações críticas feitas por Oliveira Vianna. Nesse sentido, a fim

⁶ Para Vianna, era bastante representativo desse predomínio das empresas familiares na estrutura industrial brasileira o fato de que a maior organização capitalista do país – as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – pertencia à família da personalidade cujo nome traz.

de sistematizar sua abordagem, Cardoso dividiu os empresários em duas categorias: a) “capitães de indústria” e b) “homens de empresa”; grosso modo, os primeiros seriam aqueles cuja forma de dirigir suas empresas obedeceriam a critérios estritamente pessoais e suas práticas administrativas estariam longe de expressar a racionalidade exigida pelo empreendimento capitalista, e os segundos representariam os modernos executivos profissionais, cuja atividade era caracterizada pela impessoalidade e pela racionalidade administrativa em busca do lucro – a exemplo dos *managers, top executives* ou *heads of organization* do capitalismo norte-americano. Segundo Cardoso, predominava no Brasil a categoria dos “capitães de indústria”, senhores absolutos dos rumos tomados por seus negócios, pouco afeitos a inversões substanciais, visando a melhoria da base técnica de suas empresas e bastante propensos a se guiarem no mercado “pela experiência” antes que pelo planejamento racional. Para esse autor, a prevalência desse tipo de administração rigorosamente pessoal – ou, no limite, familiar – das empresas, acabou por gerar vicissitudes e impor restrições ao ritmo do processo de industrialização em curso desde o início dos anos 30, conforme observa,

os efeitos negativos desta situação fazem-se sentir tanto sobre o ritmo da expansão industrial quanto sobre a capacidade de concorrência das indústrias controladas desta maneira. Existe larga margem de ‘capacidade empresarial’ desperdiçada pelos industriais paulistas, que tolgem seus projetos de expansão pela crença na necessidade do controle direto dos negócios. (CARDOSO, 1963, p. 119-20)

Assim, o patrimonialismo e o “espírito aventureiro” seriam, ao invés das virtudes burguesas típicas, os principais traços da personalidade econômica desse tipo de empresário. De acordo com Cardoso (1963, p. 168-9), entre esses típicos “capitães de indústria” brasileiros, os empreendimentos estimulados mais pela obtenção de financiamentos governamentais de longo prazo que pela iniciativa particular de “desbravar” novos caminhos, assim como o comportamento anti-empresarial da ostentação exagerada e do desvio dos lucros para compra de imóveis e/ou remeter dinheiro ao exterior, constituíam procedimentos comuns.

Mesmo separados por tradições intelectuais distintas, as opiniões de Oliveira Vianna e Fernando Henrique Cardoso convergem quanto à constatação de sérias deficiências do empresariado industrial no que diz respeito à sua organização política e enquanto classe. Vianna (1987), por exemplo, observa que, embora nos anos 40, já se vivenciasse, no Brasil, o que ele chama de “supercapitalismo”, a burguesia industrial ainda não havia se constituído aqui em *classe dominante*, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, onde elas se mostravam unidas e solidárias em sua consciência de grupo e na dominação do Estado. Na ótica desse autor,

entre nós, ao contrário, estas burguesias capitalistas da indústria e do comércio nunca tiveram influência política (...). É o que bem indica a sua fácil submissão à política anti-capitalista da Revolução de 30; política planejada por uma elite de praticantes de **profissões liberais** – por uma **elite** de ‘doutores’. (VIANNA, 1963, p.197)

De igual modo, Cardoso (1963) enfatiza a falta de espírito de classe entre os industriais, razão ainda de sua débil ascendência nos assuntos do Estado. Para ele, o excessivo apego desse empresariado aos interesses pessoais, em detrimento do pensamento no coletivo, da atenção aos clamores gerais do país, acabou por delinear uma ideologia burguesa inequivocamente pragmática, cega para uma visão mais ampla dos interesses do capitalismo brasileiro e, com isso, incapaz de se tornar hegemônica e guiar os destinos da Nação. De acordo com Cardoso,

isto quer dizer que qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento e do próprio desenvolvimento acaba apontando um beco sem saída e que, portanto, a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia, ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico. (1963, p. 209)

As avaliações de Luciano Martins e Florestan Fernandes quanto ao papel desempenhado pela burguesia industrial brasileira se assemelham, em essência, à perspectiva esboçada por Vianna e Cardoso. Na opinião de Martins (1968), no Brasil, essa classe seria política e ideologicamente desarticulada, subordinada que estava aos desígnios de um Estado controlado por elites agrárias, em face das quais não manifestava sinais aparentes de contradição. Para esse autor (p.137), “a percepção de conflito com o setor agrário, portanto, pouco ou nada influi no comportamento dos médios e grandes industriais quando da escolha das alianças políticas”. Disso resultou a submissão das suas possíveis divergências econômicas aos interesses de classe que lhes são comuns, o que não raro significou entraves ao desenvolvimento do país. Por esta razão, Martins compreende que não apenas a burguesia industrial não conseguiu assumir uma posição hegemônica na sociedade brasileira, como também não tinha a intenção de obter tal façanha. Essas indicações de fraqueza e dependência foram, na ótica de Martins, o principal motivo pelo qual a burguesia não se constituiu como protagonista de um possível projeto de industrialização autônoma para o Brasil. Conforme observa, coube ao Estado, por meio de sua burocracia, cumprir o papel de agente central do processo de modernização, ora pairando acima dos interesses exclusivos das classes, ora agindo sob o peso do constrangimento externo, na definição de sua política de desenvolvimento.

Em sua análise de um virtual processo de revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes apontou a tendência à composição entre a burguesia industrial e as oligarquias terratenentes – a fusão entre o “velho” e o “novo” – como o fator responsável pelo malogro de um processo de mudanças com características verdadeiramente revolucionárias no país. Obviamente, Fernandes pensava na possibilidade de promoção de uma “revolução democrática” pela burguesia brasileira. Comentando a aliança entre as elites agrárias (arcaico) e o setor industrial (moderno), Florestan Fernandes observa que “o conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, (...) ditado pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história” (1987, p. 205). Assim, para Fernandes, a própria estratégia burguesa limitou o impacto das transformações decorrentes do estabelecimento do capitalismo industrial como estrutura econômica prevalente no país:

não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (1987, p. 204-5)

Conforme ressalta esse autor, no Brasil o empresariado não conseguia enxergar além do muro de suas próprias fábricas, fronteira à qual estaria circunscrito o seu moderado espírito modernizador, por isso nunca se mostrava propenso a “empolgar os destinos da Nação como um todo”. Na visão de Fernandes, a ruptura da burguesia com a dominação conservadora levada a efeito pela oligarquia agrária seria um imperativo incontornável para o desenvolvimento pleno do capitalismo no país, empreitada para a qual deveria se unir politicamente com a classe trabalhadora. Não tendo cumprido essa que seria uma de suas tarefas históricas, a burguesia industrial demonstrou não ter consciência do seu papel como classe que almejava alcançar a hegemonia na sociedade brasileira e, conseqüentemente, deixou evidente que as transformações que preconizava se limitavam meramente à dimensão econômica.

Em sua *História da Burguesia Brasileira*, Nelson Werneck Sodré (1967) tende igualmente a classificar a burguesia brasileira como uma classe débil, vacilante, que fugiu ao compromisso histórico de realizar no país a revolução democrática e antiimperialista. A interpretação de Sodré segue a linha preconizada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), fiel aos ditames da III Internacional, caracterizada por atribuir ao empresariado industrial tarefas próprias de uma “burguesia nacional”, que além do ímpeto industrializante deveria demonstrar um comportamento economicamente moderno e socialmente progressista. Neste sentido, para Sodré, no Brasil a burguesia desperdiçou todo o seu potencial revolucionário ao deixar de se aliar à

classe operária, a fim de promover a libertação nacional, e aliando-se ao latifúndio, quando deveria antagonizá-lo. O resultado desse padrão de conduta teria sido a “derrota” da burguesia para as forças conservadoras em 1964. Tendo em vista tais demonstrações de fraqueza e inconsistência ideológica, Sodré (1990) traça um perfil da burguesia brasileira extremamente negativo: “uma burguesia tímida, que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-lo, pois receia a pressão proletária” (p. 30-1).

Dentre as interpretações elaboradas entre os anos 40 e fins dos anos 70, a de Octávio Ianni (1989) é a única que se destaca por entender que a participação da burguesia industrial nos assuntos da política nacional foi inegavelmente ativa após 1930. Curiosamente, o trabalho de Ianni é pouco mencionado entre os estudiosos do tema. Segundo Ianni (1989, p. 91), “depois de uma fase em que os seus representantes estiveram quase totalmente fora do poder, após 1930 ela ganhou paulatinamente ascendência sobre os governantes e fez-se ouvir nas decisões da política econômica”. Para esse autor, o Estado se manteve como o “mais importante centro de decisão” na política de desenvolvimento nacional, contudo, longe de demonstrar passividade em sua relação com as esferas de poder e não almejar a conquista da hegemonia no interior da sociedade brasileira, o empresariado fabril se empenhou na tarefa de impor a sua dominação de classe ao conjunto social. Conforme observa Ianni,

essa burguesia não está ausente na formulação das diretrizes governamentais, para incentivo direto e indireto da economia. Ainda que muitas vezes aparentando timidez ou falta de discernimento, a burguesia industrial assume de modo crescente as suas possibilidades de atuação sobre a política econômica estatal. (1989, p. 92)

Desta forma, a burguesia “define de modo claro suas relações com o Estado”, às vezes infiltrando-se no aparelho estatal, outras fazendo-o operar em seu benefício, procurando converter as relações de produção em relações de dominação de classe. Conforme observa Ianni, a marcante presença do Estado na economia brasileira seria também algo desejado pelo empresariado industrial, que via o planejamento e a disciplinarização econômica exercidos pelos órgãos oficiais como fatores em si positivos para a produção.⁷ Tal argumento afasta a hipótese defendida por alguns autores de que a ingerência estatal teria se dado pela imposição da orientação burocrática em face da fragilidade

⁷ De acordo com Ianni, um dos primeiros apelos coletivos do empresariado com o fim de preconizar a ampliação da participação direta e indireta do Estado na economia aconteceu em 1943, quando se realizou o I Congresso Brasileiro de Economia, que reuniu lideranças da indústria, do comércio e técnicos do governo (1989, p. 94-5).

burguesa. Para Ianni, a expansão do capitalismo industrial no país não foi um processo forjado monoliticamente pelo Estado. Pelo contrário, teria sido

o resultado de um largo e crescente convívio entre a burguesia industrial e o poder público. Depois da Revolução de 1930, paulatinamente, os membros dessa burguesia nascente procuraram interferir nas decisões do governo, no sentido de estimular-se a industrialização e planificar-se o desenvolvimento econômico nacional. Quando as transformações da estrutura econômica abriram possibilidades de ampliação e diversificação da produção industrial, a burguesia industrial nascente, os técnicos e o governo perceberam que o aparelho estatal precisava ser convertido em conformidade com a nova situação, favorecendo-a. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas somente poderiam ser aproveitadas em maior escala através da reorientação da política econômica do Estado. E foi o que preconizou a própria liderança empresarial, juntamente com os governantes. (1989, p. 94)

A tendência em ver na atuação da burguesia, dentro e fora da esfera política, um fator crucial para a consolidação do capitalismo industrial no país foi reforçada em estudos do final dos anos 70. Em *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*, por exemplo, Eli Diniz salienta que

se a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração da ordem econômica e social, foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do país e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador. (1978, p. 95)

Todavia, não obstante essa autora assumir uma perspectiva crítica em relação às análises que caracterizam a burguesia brasileira como um grupo fundamentalmente passivo, dotado de reduzida capacidade de articulação e organização, suas ressalvas quanto à insuficiência política e falta de autonomia da classe industrial não podem ser desprezadas. Se, por um lado, Diniz aponta uma significativa influência do empresariado nas decisões do governo, sobretudo em instâncias econômicas importantes como o CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) e o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças), o que demonstra o poder de organização da classe em torno de seus interesses específicos, por outro, a autora deixa claro que, em termos ideológicos, a burguesia industrial mostrava-se ainda em processo de amadurecimento, incapaz que era de ir além de uma visão meramente unilateral e particularista dos problemas nacionais. Nesse sentido, Diniz afirma que a imaturidade política do empresariado industrial não se explicitaria nos pleitos protecionistas, ou mesmo por

reserva de mercado ou controle do comércio exterior, “mas pela resistência a medidas combinadas para evitar o custo social de vantagens desproporcionalmente distribuídas” (DINIZ, 1978, p.242).

No que diz respeito aos vínculos existentes entre a fração industrial e os setores agrários dominantes, Eli Diniz pondera que tal aliança se efetivaria não em virtude da ausência de consciência de classe por parte do empresariado, mas por motivos estratégicos, que serviriam ao fim de garantir o atendimento às demandas imediatas do setor fabril. De acordo com a autora, a natureza pragmática dessa solidariedade de classe era evidente. Conforme observa, “a cada sinal de autonomia no processo de percepção de seus interesses, seguia-se uma justificativa para manter a imagem da identidade do empresariado industrial com os demais grupos econômicos dominantes” (1978, p. 121). Porém, o exagero quanto à autonomia do empresariado industrial seria uma interpretação tão equivocada quanto àquelas que enfatizam sua dependência em face dos setores agrários. Conforme faz questão de lembrar, “os industriais de São Paulo jamais romperiam suas ligações com o Partido Republicano Paulista (PRP), sabidamente, o partido dos interesses cafeeiros” (1978, p. 243).

A abordagem de Renato Raul Boschi se aproxima bastante da levada a efeito por Eli Diniz. Propondo uma “abordagem integrada” para a análise do problema em questão, Boschi (1979) busca superar o reducionismo característico dos estudos acerca da burguesia brasileira, consensualmente situada pela ciência política nacional “como um grupo fraco e passivo”. Conforme argumenta, essa visão negativa em relação à atuação da burguesia deriva de investigações acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil orientadas por “tipos ideais” baseados nas experiências das potências ocidentais. Segundo Boschi (1979, p.18-9), tal perspectiva “integrada” apresentaria a vantagem de buscar explicar de que forma “a atuação dos grupos privados pode favorecer ou de fato produzir diferentes tipos de interação com segmentos do aparato do Estado”, indo, assim, além das interpretações parciais do fenômeno do poder. Nesse sentido, Boschi compreende que

apesar da dependência dos grupos industriais nacionais em relação ao Estado, os empresários puderam estabelecer um estilo de interação entre os setores privado/público abrindo um espaço à participação direta em questões-chave relacionadas aos seus interesses enquanto classe. (1979, p.53-4)

Para o autor, com efeito, tal atuação junto ao poder se daria muito mais pela via da estrutura corporativa do que pelos meios políticos convencionais, isto é, via partido ou Parlamento. De toda forma, Boschi demonstra-se convencido de que a burguesia industrial brasileira seria organizada e politicamente ativa, além de coerente do ponto de vista ideológico, a despeito de não assumir uma postura liberal

favorável à participação dos trabalhadores no processo político. O equívoco estaria, para Boschi, em pensar a essência ideológica da elite industrial como *liberal*, quando, na verdade, “os valores políticos do empresariado revelam traços francamente autoritários”; ou seja, a burguesia estaria muito mais propensa à defesa da supressão do conflito de classes, tendo em vista a manutenção da ordem, que à sua institucionalização (1979, p.175). Assim como Eli Diniz, Boschi salienta que a principal deficiência do empresariado industrial seria a incapacidade de incorporar ao seu discurso e à sua luta política anseios diversos daqueles estritamente vinculados aos seus interesses econômicos, razão pela qual não teria conseguido se estabelecer como força hegemônica. De acordo com Boschi, em fins da década de 1970, uma das condições básicas para a hegemonia burguesa ainda estava para ser alcançada: “a possibilidade de ampliar o âmbito do consenso em torno de uma definição substantiva de um programa democrático que transcenda a satisfação imediata das demandas empresariais” (1979, p.230).

Das análises elaboradas nos anos 70, a de Fernando Prestes Motta é a que parece ir mais longe quanto ao entendimento do avanço da hegemonia burguesa no Brasil. De acordo com Motta, até o final da década de 1970, a burguesia industrial não havia ainda logrado converter-se de classe dominante em classe dirigente de pleno direito, todavia, era uma força social em plena ascensão. Conforme observa, faltava-lhe hegemonia política, “mas sua hegemonia ideológica é clara. Ela domina os principais aparelhos ideológicos da sociedade: escola, imprensa, o rádio e a televisão, os partidos políticos, as associações profissionais e culturais, os tribunais” (1979, p. 10). Segundo Motta, o impensável no Brasil seria a realização de uma revolução burguesa à francesa ou à americana, entretanto, tal constatação não implica em admitir que o empresariado não teria capacidade de mobilização e articulação. Do mesmo modo, esse autor caracteriza como questionável o argumento segundo o qual a burguesia brasileira não teria em seu horizonte político a conquista da hegemonia. Nesse sentido observa:

(...) imaginar que uma classe ascendente não tenha um projeto hegemônico é ignorar a própria natureza da luta de classes. O projeto pode não ser claro e geralmente não o é, pode ser aleatório e geralmente o é, mas isto não implica a sua inexistência, a menos que o pensemos em termos de planejamento estratégico formal. (1979, p.106)

Coerente com tal raciocínio, Motta argumenta que “na verdade, a burguesia chamou o Estado em seu socorro, em benefício de seu projeto” (1979, p.131). Ademais, esse autor mostra-se extremamente crítico em relação às interpretações que tendem subestimar a capacidade de organização social e política do empresariado

fabril, assim como a exagerar a complementaridade e harmonia de interesses entre o setor industrial e as elites rurais; Motta assinala que “o perigo que se pode incorrer neste tipo de análise é a perda de vista do processo real de diferenciação de interesse, através do qual a burguesia progressivamente definiria a sua própria identidade” (1979, p.104).

Para Fernando Prestes Motta, a burguesia industrial brasileira também não pode ser considerada politicamente imatura por ter aceitado a associação com o capital estrangeiro, pois, segundo argumenta, tratava-se de uma questão de escassez de possibilidades. Nesse aspecto, esclarece:

A aceitação do capital estrangeiro pode ter sido a saída conjuntural para a burguesia nacional. Na medida em que um projeto hegemônico é marcado pela articulação, desarticulação e rearticulação de interesses, a associação pode ser vista como parte desse projeto, o que não implica dizer que ela tenha sido a melhor tomada de posição por parte da burguesia ascendente. (1979, p. 53)

Na visão de Motta, a construção de uma frente popular desenvolvimentista não seria a opção exclusiva para a ação burguesa no país, pelo contrário, a aliança entre burguesia e capital internacional, tendo em vista à conquista do poder de Estado, configurava-se como um caminho perfeitamente possível.

O trabalho de Maria Antonieta Leopoldi é outro a contestar enfaticamente o argumento segundo o qual o empresariado industrial foi mero expectador das mudanças em curso a partir de 1930. Realizando o que entende ser uma análise que combina a tese da fragilidade da burguesia com a da competição interclasse no contexto do capitalismo industrial, Leopoldi defende a idéia de que, “para os industriais, o corporativismo significou antes o acesso à mesa de negociação do que propriamente a submissão ao controle do Estado” (2000, p.31). A autora observa que, longe de serem instrumentos arbitrariamente manipulados pelos desígnios da vontade estatal, as entidades da indústria e do comércio demonstraram força suficiente para inviabilizar o “sonho corporativo” do Estado Novo. Nesse aspecto, ressalta que não apenas a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) comandaram a luta contra a “corporativização” dos industriais nos moldes desejados pelo governo, sobrevivendo às imposições autoritárias do regime, como conseguiram, no início dos anos 40, garantir o *status* de “órgãos técnicos consultivos”, antes concedido somente às entidades oficiais. Seguindo uma linha francamente inclinada a conceber o empresariado fabril como um grupo autônomo no contexto do processo de construção do capitalismo industrial no país, Leopoldi enfatiza:

Os industriais do eixo Rio-São Paulo conviveram com regimes de tipo oligárquico, liberal e ditatorial. Desde 1930, contudo, conseguiram fazer com

que o Estado, a despeito de sua presença crescente na economia, respeitasse a sua liberdade de organização em entidades privadas, paralelas ao sindicalismo oficial. (2000, p.86)

Em seu aprofundado estudo acerca da atuação das mais importantes associações de classe do país, Leopoldi assinala ainda que os industriais e suas organizações de classe se envolveram ativamente no desenrolar da trama política nacional, não obstante sua tácita omissão nos momentos históricos em que houve mudança de regime⁸. Leopoldi apresenta numerosas evidências desse envolvimento dos empresários no mundo da política, com destaque para a presença de industriais de relevo em importantes cargos do governo. No governo Dutra, por exemplo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi ocupado por Morvan Dias Figueiredo, líder de peso na FIESP. Para Leopoldi, não foi por acaso que, nesse período, as entidades dos trabalhadores sofreram um número recorde de intervenções por parte do governo. Entre 1949 e 1953, o Ministério da Fazenda foi ocupado por industriais, o carioca Guilherme da Silveira – ligado à FIRJAN – e o paulista Horácio Lafer – ligado à FIESP –, o que ajuda a explicar a proteção da indústria pela política cambial do governo no período. Entre 1951 e 1953, o industrial Ricardo Jafet ocupou a presidência do Banco do Brasil, dando ensejo à expansão do crédito ao setor secundário.

Do ponto de vista ideológico, Maria Antonieta Leopoldi chama a atenção para o fato de que o protecionismo econômico, todavia sem a conotação pejorativa que carrega nos dias atuais, foi o elã a animar as principais lutas do empresariado brasileiro, lutas essas que resultaram em políticas governamentais inequivocamente positivas para a consolidação do processo de desenvolvimento industrial. Leopoldi observa, ademais, que paralelamente à construção de uma proposta de política industrial amadurecida em décadas de luta pelo protecionismo, o empresariado foi definindo também um projeto hegemônico. Conforme salienta,

em nenhum momento recorrendo a um discurso que sugerisse intenções hegemônicas, a liderança da FIESP e CNI foi pondo em prática uma série de medidas, estabelecendo alianças estratégicas com o governo e com os militares, criando formas de controlar o movimento operário, ações que indicavam claramente sua busca de uma hegemonia política. (2000, p.87)

Aprofundando a tendência que procura realçar a autonomia da burguesia industrial e seu protagonismo no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, recentemente, Márcia Maria Boschi empreendeu interessante releitura das aborda-

⁸ Segundo Leopoldi tal omissão se deu porque a estratégia da burguesia industrial “foi exatamente a de não se contrapor aos novos governantes, para poder entrar na coalizão e dali ir se fortalecendo aos poucos. A essa estratégia pode-se dar o nome de *pragmatismo*” (2000, p. 27-8).

gens até então realizadas. Ao lançar mão da idéia de que a burguesia brasileira constituía, de fato, uma *burguesia interna* e não uma *burguesia nacional*, M. M. Boschi (2000) buscou superar aquele que, para ela, consistia no principal equívoco na interpretação do modo de agir e pensar dessa classe: a visão de imaturidade e/ou inconsistência ideológica do empresariado industrial por não se fazer defensor também dos interesses de outras classes e por não aderir ao projeto de desenvolvimento dos nacionalistas. Inspirada no pensamento de Nicos Poulantzas (1978), M. M. Boschi argumenta que, grosso modo, uma burguesia por ser definida como *nacional* quando há contradição de interesses econômicos entre os setores que a compõe e o capital estrangeiro em um grau que a torne susceptível de envolver-se em uma luta antiimperialista e de liberação nacional. Nessa situação, a burguesia pode vir a adotar posições de classe que a incluam no “povo”, assim como compor alianças com as massas populares. No caso brasileiro, a burguesia era *interna* – e não *nacional* – por ter significativa permeabilidade ao capital estrangeiro, do qual dependia até mesmo com o fim de possibilitar seu progresso tecnológico, e também por coexistir com segmentos do empresariado vinculados à importação de manufaturados, setor, aliás, do qual advieram muitos dos membros da burguesia industrial. A despeito disso, segundo M. M. Boschi, essa burguesia não deixava de ter um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios no interior de sua formação social.

Para a autora, realizadas tais distinções, fica mais fácil entender a dinâmica de atuação de tal classe. Assim, “não era a burguesia brasileira que se recusava a assumir ‘seu papel histórico’ na promoção do desenvolvimento do país, mas era a teoria que não dava conta do comportamento político e econômico do empresariado industrial” (2000, p.37). Conforme salienta,

uma **burguesia interna** não se inclina ao confronto com a burguesia agrária, nem à formação de alianças com a classe trabalhadora. Ela prefere, antes, formar alianças com outros setores da classe dominante. A **burguesia interna** também coloca várias restrições ao seu apoio político ao projeto de industrialização reivindicado pelos nacionalistas, pois diferentemente desses, não se preocupa em promover um desenvolvimento econômico que leve à liberação nacional. (2000, p.42)

Diante do aqui exposto, podemos concluir que, especialmente no último quartel do século que se encerrou, houve uma considerável evolução na forma de se pensar a atuação da burguesia industrial brasileira. Não obstante, pensamos que não há um caminho ideal a ser seguido. A nosso ver, a reivindicação da complexidade que engendra a formação e o comportamento dessa classe no Brasil é um imperativo incontornável, que leva à construção de mediações que melhor reflitam a realidade a ser estudada (geral, setorial, local ou regional, etc.), podendo-se abranger o terreno

de múltiplas interpretações. Nesse sentido, é importante valorizar a atuação dos empresários fabris como força ativa a impulsionar o processo de desenvolvimento industrial, entretanto, sem superestimar sua autonomia diante da figura de um Estado que constituiu peça-chave na construção do capitalismo no país. Por fim, é fundamental ainda ter em mente que as diversas frações burguesas apresentam historicidade singular, ao contrário da generalização simplificadora que orienta muitas abordagens do tema. Nesse caso, coloca-se em xeque a idéia de uma burguesia monolítica, que na verdade nunca existiu.

Referências

- BOSCHI, M. M. **Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950)**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, F. H. **O empresário industrial e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 1963. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo; Brasiliense, 1989.
- LEOPOLDI, M. A P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MOTTA, F. C. P. **Empresários e hegemonia política**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Agnaldo de Sousa Barbosa

VIANNA, O. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

— ** —

RESUMO: Neste artigo pretendemos realizar um breve balanço das principais correntes interpretativas que buscaram compreender e explicar o “comportamento” e a “mentalidade” da burguesia nas décadas que marcaram a sua origem e posterior consolidação.

PALAVRAS-CHAVE: Burguesia industrial; capitalismo brasileiro; hegemonia.

ABSTRACT: In this article we intend to make a brief critical record of the main interpretative trends that tried to understand and explain the “behavior” and the “mentality” of the Brazilian industrial bourgeoisie in the decades that determined its origin and subsequent consolidation.

KEYWORDS: Industrial bourgeoisie; Brazilian capitalism; hegemony.